

	<b>CARATERIZAÇÃO DE ENTIDADE</b>	<b>8.1</b>
--	----------------------------------	------------

<b>1</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ÍLHAVO</b>	<b>8.1.1</b>
----------	---	--------------

1.1	MORADA	Avenida 25 de Abril, 39 – Apartado 69
	CÓDIGO POSTAL	3830 – 044 Ílhavo
	TELEFONE	234 329 600
	FAX	234 329 601
	ENDEREÇO WEB	www.cm-ilhavo.pt
	E-MAIL	geralcmi@cm-ilhavo.pt
	NIF	506 920 887
1.2	NÚMERO DE ELEITORES	
MUNICÍPIO		Até 10.000..... <input type="checkbox"/>
		Mais de 10.000 e menos de 30.000..... <input type="checkbox"/>
		Mais de 30.000..... <input checked="" type="checkbox"/>

<b>2</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>8.1.2</b>
----------	-------------------	--------------

➤ **Regime financeiro:**  
Lei 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);  
Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL) e respetivas alterações;  
Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro;  
Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA) e respetivas alterações.

➤ **Regime Jurídico:**  
Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e respetivas alterações;  
Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e respetivas alterações.

<b>3</b>	<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>	<b>8.1.3</b>
----------	---------------------------------	--------------

3.1	A Câmara não tem serviços municipalizados autónomos desde 01/01/2000, por força da sua integração na estrutura da Câmara Municipal, naquela data. Não constituiu nenhuma parceria público – privada.	
3.2	Igualmente a Câmara Municipal não tem empresas municipais (E.M.).	
3.3	Ver folha anexa com organigrama da Câmara Municipal de Ílhavo.	

<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES</b>	<b>8.1.4</b>
----------	---	--------------

A Câmara Municipal de Ílhavo é uma pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das populações e desenvolve as suas atividades de acordo com a Lei e a Constituição da República Portuguesa.

<b>5</b>	<b>MEMBROS DO ÓRGÃO AUTARQUICO – CÂMARA MUNICIPAL</b>	<b>8.1.5</b>
Presidente	Fernando Fidalgo Caçoilo	
Vice-Presidente	Marcos Labrincha Ré	
Vereadores:	Maria de Fátima Fragoso Teles	
	Tiago Manuel Morais Lourenço	
	Eduardo Conde Pinto	
	Sérgio Manuel de Jesus Lopes	
	Sara Daniela Silva Pinho	

<b>6</b>	<b>ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA</b>	<b>8.1.6</b>
<p>A Câmara Municipal de Ílhavo aplicou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), a partir de 01 de maio de 2002, tendo procedido à recuperação contabilística dos dados do anterior regime contabilístico (D.L. N.º 341/83, 21/07).</p> <p>Adquiriu-se à empresa Medidata – Engenharia e Sistemas, S.A., todo o software informático (Contabilidade, Armazéns, Obras, Taxas, Pessoal, etc.). Com a gestão automatizada dos documentos são efetuados pela aplicação os lançamentos contabilísticos na contabilidade orçamental, patrimonial, contas de ordem e contabilidade de custos, permitindo assim a elaboração dos mapas diários, mensais e anuais dos vários subsistemas contabilísticos. Elaboração e Gestão do Orçamento e Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de investimentos e Plano de Atividades Municipal), assim como o processamento de operações de fim de exercício e emissão dos Documentos de Prestação de Contas.</p> <p>O referido software disponibiliza ainda a informação a prestar para os subsistemas da Administração Pública, destacando-se a DGAL e a DGCI.</p>		

<b>7</b>	<b>OUTRA INFORMAÇÃO</b>	<b>8.1.7</b>
<p>Informação complementar solicitada pelo Tribunal de Contas na sua Resolução n.º 6/2013, publicada no DR, II Série em 21/11/2013:</p>		
7.1	<p>Montante dos Fundos Municipais atribuídos ao Município (OE) no ano a que reporta a gerência em apreciação – 2017:</p> <p>FEF, FSM e PFIRS..... 5.779.408€</p>	
7.2	<p>Montante dos pagamentos relativos a investimentos realizados pelo Município no ano anterior ao da gerência em apreciação – 2016:</p> <p>Investimento pago em 2016.....6.356.868€</p>	
7.3	<p>Ações Inspetivas:</p> <p>O Município de Ílhavo foi sujeito a uma inspeção ao controlo das obrigações e objetivos resultantes da adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), em 2014, a uma inspeção ao controlo do endividamento e da situação financeira da administração local autárquica (IGF), em 2011, a uma ação inspetiva de âmbito geral (IGAL), em 2010, e a uma inspeção setorial às despesas com o pessoal (IGF), em 2008.</p>	
7.4	Não houve no exercício de 2017 encargos financeiros que onerassem o orçamento no que respeita a amortizações ou encargos financeiros de empréstimos contraídos pelas Associações de	

	Municípios em que a Câmara participe.
7.5	Para cumprimento do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, encontram-se em anexo as declarações que evidenciam os pagamentos e recebimentos em atraso bem como aos compromissos plurianuais existentes em 31 dezembro referentes ao período em análise.
7.6	Os documentos de Prestação de Contas encontram-se acompanhados pela certificação legal de contas emitida pela SROC (PALM, SROC, LDA.).
7.7	<p>Por força da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, que regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM), a Câmara Municipal contribuiu para a realização do capital social deste fundo com 1.156.701,36€, realizado em 7 anos.</p> <p>Pese embora, o valor da retribuição FAM, segundo o mais recente Orçamento do Estado, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, nomeadamente o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social os previstos nos n.os 1 e 2 do artigo 17.º, ajustados em conformidade.</p> <p>Por conseguinte, o Município passará, em 2018, a contribuir para a realização do capital social do FAM com 743.593,50€.</p>
7.8	Não foram pagos em 2017 quaisquer emolumentos e/ou custas de execuções fiscais a trabalhadores municipais.